



APENSADOS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

DESARQUIVADO

AUTOR:
(DO SR. PEDRO VALADARES)

Nº DE ORIGEM:

EMENTA: Acrescenta parágrafo único ao art. 311 do Código de Processo Penal, Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941.

DESPACHO: 17/03/98 - (A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO)

ENCAMINHAMENTO INICIAL:

AO ARQUIVO, EM 30/03/98

REGIME DE TRAMITAÇÃO
ORDINÁRIA

COMISSÃO	DATA/ENTRADA
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /

PRAZO DE EMENDAS

COMISSÃO	INÍCIO	TÉRMINO
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /

DISTRIBUIÇÃO / REDISTRIBUIÇÃO / VISTA

A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		

8 DE 199

4.268

PROJETO DE LEI Nº

CÂMARA DOS DEPUTADOS



PROJETO DE LEI Nº 4.268, DE 1998
(DO SR. PEDRO VALADARES)

Acrescenta parágrafo único ao art. 311 do Código de Processo Penal, Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941.

(À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO)



Em 17/03/98

PRESIDENTE

ORDINÁRIA

GER 3.17.23.004-2 - (NOV/95)



JUSTIFICAÇÃO

O Projeto tem por objetivo adaptar e harmonizar o instituto de Prisão Preventiva com o estabelecido na Constituição Federal e na Legislação superveniente.

Diz o art. 311, do CPP:

"Art. 311 - Em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal, caberá a prisão preventiva decretada pelo Juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público, ou do querelante, ou mediante representação da autoridade policial."

É incumbência (missão, encargo) do Ministério Público, enquanto instituição permanente e essencial à função jurisdicional, velar pela "defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis", cf. o teor do art. 127, "caput".

Ora a prisão de qualquer pessoa deverá obedecer exigências e situações previstas pela Ordem Jurídica, que reclama atenta vigilância na sua execução. Por outro lado, nada mais crucial para o Regime Democrático do que a liberdade, de ir e vir, constitui direito individual indisponível.

E o Ministério Público foi o sujeito encarregado de promover (ação penal pública) ou acompanhar (ação penal privada), a persecução criminal, dado o próprios interesses em questão.

Além do mais, tal exigência, de prévia oitiva do Ministério Público, por seu Representante, já foi exigida pela Lei nº 7.960/89, que instituiu a Prisão Temporária, de modo a assegurar o exame pelo Órgão interessado na sua execução, pois geralmente é dominus litis, o responsável pela AÇÃO PENAL PÚBLICA.

Nenhuma espécie de prisão deve ficar imune à fiscalização do Órgão justamente encarregado de velar pela defesa da Ordem Jurídica e sua escoreita aplicação.

A fiscalização a priori permite controle mais eficiente, sem prejuízo da rapidez e eficiência da prestação jurisdicional, e mesmo interferência nas suas elevadas atribuições.

Assinatura manuscrita



CÂMARA DOS DEPUTADOS



Com o presente Projeto, além de ficar restaurada a coerência do Sistema no tocante a tão delicado tema, a prisão de qualquer pessoa, a comunidade passa a ter mais uma garantia de que esta mesma prisão está sendo fiscalizada por outro Órgão imparcial.

Sala de Sessões, 17 de março de 1998.


Deputado PEDRO VALADARES



CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 03 DE OUTUBRO 1941

Código de Processo Penal.

LIVRO I Do Processo em Geral

.....

TÍTULO VI Das Questões e Processos Incidentes

.....

CAPÍTULO VI Das Medidas Assecuratórias

.....

Art. 127 - O juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou do ofendido, ou mediante representação da autoridade policial, poderá ordenar o seqüestro, em qualquer fase do processo ou ainda antes de oferecida a denúncia ou queixa.

.....

TÍTULO IX Da prisão e da Liberdade Provisória

.....

CAPÍTULO III Da Prisão Preventiva

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CeDI



Art. 311 - Em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público, ou do querelante, ou mediante representação da autoridade policial.

* *Artigo com redação determinada pela Lei nº 5.349, de 03/11/1967.*

.....
.....



LEI Nº 7.960, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1989

DISPÕE SOBRE PRISÃO TEMPORÁRIA.

Art. 1º - Caberá prisão temporária:

I - quando imprescindível para as investigações do inquérito policial;

II - quando o indiciado não tiver residência fixa ou não fornecer elementos necessários ao esclarecimento de sua identidade;

III - quando houver fundadas razões, de acordo com qualquer prova admitida na legislação penal, de autoria ou participação do indiciado nos seguintes crimes:

- a) homicídio doloso (art. 121, caput, e seu § 2º);
- b) seqüestro ou cárcere privado (art. 148, caput, e seus parágrafos 1º e 2º);
- c) roubo (art. 157, caput, e seus parágrafos 1º, 2º e 3º);
- d) extorsão (art. 158, caput, e seus parágrafos 1º e 2º);
- e) extorsão mediante seqüestro (art. 159, caput, e seus parágrafos 1º, 2º e 3º);
- f) estupro (art. 213, caput, e sua combinação com o art. 223, caput, e parágrafo único);
- g) atentado violento ao pudor (art. 214, caput, e sua combinação com o art. 223, caput, e parágrafo único);
- h) rapto violento (art. 219, e sua combinação com o art. 223, caput, e parágrafo único);
- i) epidemia com resultado de morte (art. 267, § 1º);
- j) envenenamento de água potável ou substância alimentícia ou medicinal qualificado pela morte (art. 270, caput, combinado com o art. 285);
- l) quadrilha ou bando (art. 288), todos do Código Penal;
- m) genocídio (artigos 1º, 2º, e 3º da Lei número 2.889, de 01/10/1956), em qualquer de suas formas típicas;

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CeDI



n) tráfico de drogas (art. 12 da Lei número 6.368, de 21/10/1976);

o) crimes contra o sistema financeiro (Lei número 7.492, de 16/06/1986).

.....
.....



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Defiro, nos termos do art. 105, Parágrafo Único, do RICD, o
desarquivamento das seguintes proposições: PDC 769/99, PL's:
1001/95, 2892/97, 3278/97, 4151/98, 4268/98, 4318/98.
Indefiro quanto ao REC 173/97 contra decisão da Presidência
em questão de ordem, que não foi arquivado. Oficie-se ao
Requerente e, após, publique-se.

Em 24, 02, 99

PRESIDENTE

Requerimento de desarquivamento



Senhor Presidente,

Solicito, nos termos do parágrafo único do art. 105 do
Regimento Interno, sejam desarquivados os seguintes projetos, de minha
autoria:

- PDC 769, de 1999, que “Susta a aplicação do disposto no
art. 6º da portaria 4.883, de 1998”;
- PL. 1.001, de 1995, que “Inclui gastos pessoais com
educação, saúde e previdência como despesas a serem
abatidas no cálculo do imposto de renda a pagar de pessoas
físicas”;
- PL. 2.892, de 1997, que “Suprime a alínea d do inciso XII
do art. 9º da Lei nº 9.317, de 1996, que dispõe sobre o
regime tributário das microempresas e das empresas de
pequeno porte, institui o sistema integrado de pagamento de
impostos e contribuições das microempresas e das empresas
de pequeno porte - simples”;
- PL. 3.278, de 1997, que “Acrescenta dispositivo ao art. 54
da Lei nº 6.015, de 1973, que dispõe sobre registros
públicos”;



CÂMARA DOS DEPUTADOS



- PL. 4.151, de 1998, que “Institui a obrigatoriedade das empresas assegurarem contratos de primeiro emprego da forma que dispõe”;
- PL. 4.268, de 1998, que “Acrescenta parágrafo único ao art. 311 do Código de Processo penal, Decreto-lei 3.689, de 03 de outubro de 1941”;
- PL. 4.318, de 1998, que “Dispõe sobre o prazo de utilização dos livros didáticos nas escolas de ensino fundamental e médio, das redes pública e privada, e dá outras providências”;
- REC 173, de 1997: Recurso contra decisão da Presidência em questão de ordem, acerca da constitucionalidade do art. 18 do texto aprovado na Comissão Especial de Telecomunicações.


Deputado **Pedro Valadares**

Líder do PSB

24/02/99



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQU
(Do Sr. Pedro Valadares e outros)

Arquive-se nos termos do Art.
105 - RICD.

Em 02 / 08 / 99

Presidente

NTE

Requer regime de **urgência** para
apreciação do **PL nº 4.268/98**

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos a Vossa Excelência regime de **urgência** para apreciação do **Projeto de Lei nº 4.268/98**, de minha autoria, que *altera dispositivo do Código do Processo Penal*.

Sala das Sessões, em 28.10.98

Deputado **Pedro Valadares**
(PSB-SE)

Líder do PDT

Líder do PSB

Líder do PT

Líder do PFL

Líder do PTB

Líder do PC do B

Líder do PSTU

Líder do Bloco PMDB/PSL/PSD/PRONA

Líder do PPB

Líder do PL

Líder do PSDB

Líder do PV

Líder do PPS

Líder do PMN

Caixa: 209
Lote: 77
PL N° 4268/1998
12

SECRETARIA - GERAL DA ADMINISTRAÇÃO

Recebido

Órgão: Plenário n.º 2006/98

Data: 28/10/98 Hora:

Ass.: (assinatura) Ponto: 5610

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Seção de Registro e Controle e de Análise de Proposição

Ofício nº 05 /98

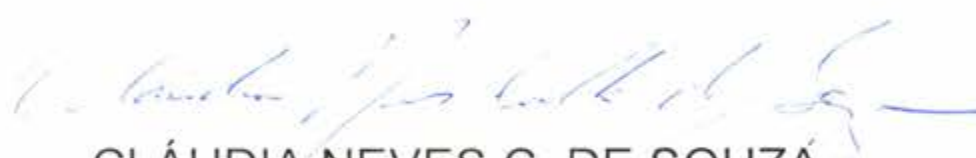
Brasília, 29 de outubro de 1998.

Senhor Secretário-Geral:

Comunico a Vossa Senhoria que o Requerimento do Senhor Deputado Pedro Valadares e Líderes, que **"Requer regime de urgência para apreciação do PL nº 4.268/98."**, contém número suficiente de signatários, constando a referida proposição de:

509 assinaturas, representadas por líderes.

Atenciosamente,



CLÁUDIA NEVES C. DE SOUZA

Chefe

A Sua Senhoria o Senhor
Dr. MOZART VIANNA DE PAIVA
Secretário-Geral da Mesa
N E S T A